



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Fábio Faria

PROJETO DE LEI Nº DE 2019
(Do Sr. FÁBIO FARIA)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de vacinação ou equivalente nos casos em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A apresentação da carteira de vacinação, ou equivalente, com o registro das vacinas obrigatórias definidas pelas autoridades sanitárias, é requisito necessário para:

- I - matrícula escolar em toda a rede pública em todos os níveis de educação básica;
- II - matrícula em universidade pública, quando o discente for menor de dezoito anos de idade.

Parágrafo Único. A caderneta de vacinação a que se refere o *caput*, contendo todas as vacinas consideradas obrigatórias para as respectivas faixas etárias, deverá ser atualizada de acordo com o Calendário de Vacinação das Crianças e dos Adolescentes, em consonância com as disposições do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde de cada Estado.

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade referida no art.1º só será aceita mediante apresentação de laudo médico, atestando a contraindicação da vacina correspondente.

Art. 3º Quando a caderneta de vacinação não estiver completa, ou em branco, é facultada à instituição ou órgão a postergação da apresentação, pelo prazo máximo de 30 dias, para o cumprimento dos requisitos elencados no art. 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 dias a partir de sua publicação.

Deputado **FÁBIO FARIA**
PSD/RN

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Fábio Faria

Passado mais de meio século da implantação do programa Nacional de Vacinação (PNV), um relatório, de 17 de julho de 2018 da Unicef e da Organização Mundial de Saúde (OMS), revela que a taxa de vacinação CAIU DRASTICAMENTE no Brasil nos últimos três anos. Números do Ministério da Saúde corroboram os dados.

A cobertura da vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola), por exemplo, estava estável e próxima a 100% no Brasil até 2014, mas baixou para 96,1% em 2015 e seguiu em queda, passando para 95,4%, em 2016, e apenas 85% no ano de 2017. Já a vacina contra a poliomielite caiu 17% no mesmo período. Esses dados têm chamado a atenção do País e considerados um sinal de alerta pelas organizações.

Outro exemplo é o da pólio, doença considerada erradicada no Brasil desde 1989, que teve uma queda de 95% de crianças imunizadas em 2015 para 84,4% em 2016, chegando a apenas 78,5% em 2017.

Outra amostra preocupante é a da campanha de vacinação contra a gripe. Em 2018, apenas 65,92% das crianças de seis meses a cinco anos e as gestantes se apresentaram para serem vacinadas. Número menor ainda se registra na campanha deste ano de 2019. Também houve queda na cobertura da DTP, que protege contra difteria, tétano e coqueluche que estava acima de 90% até 2015. Caiu para 89,5% em 2016 e 78,2% em 2017.

Algumas moléstias contagiosas, já erradicadas há anos no Brasil, como o sarampo e a poliomielite, voltaram a ser motivo de preocupação entre as autoridades sanitárias, profissionais de saúde e a população, devido à constante tendência de queda observada nos últimos anos no tocante à procura de vacinas pela população.

A Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC) informa que só **48,7%** das meninas entre **9 e 14** anos receberam a vacina do vírus HPV, considerada uma das principais formas de prevenção do câncer do colo de útero, o terceiro mais comum entre as mulheres no Brasil. Diante deste quadro preocupante, a SBOC alerta sobre a importância de a população aderir às campanhas de vacinação, uma vez que o câncer já é uma doença epidêmica e se tornará a maior responsável por mortes no Brasil até 2020.

Diante da relevância da temática e dos desafios atuais para a Saúde Pública e das particularidades do contexto brasileiro, faz-se mister que o governo realize iniciativas focalizadas para aumentar a cobertura vacinal, resgatando, por fim, a percepção da sociedade e das famílias da importância das políticas públicas de imunização de crianças e adolescentes, as quais se encontram estabelecidas como direito consolidado na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde de 1990 e, ainda, no ECA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Fábio Faria

Tornar obrigatória a apresentação caderneta de vacinação ou equivalente, onde conste registrada a aplicação das vacinas obrigatórias, para usufruir de alguns serviços públicos é uma forma de reforçar ainda mais a importância deste documento e dos benefícios da vacinação. É, também, um modo de garantir a saúde integral desta população.

Promover a ampliação da cobertura vacinal representa uma proteção ao bem público comum da prevenção, da promoção da saúde, e, conseqüentemente, da proteção da coletividade e de indivíduos vulneráveis, o que converge para a oportunidade e conveniência da presente iniciativa.

Ante os argumentos, nota-se que este Projeto visa, também, contribuir com o Programa Nacional de Imunização (PNI), para erradicar ou manter sob controle as doenças por meio de vacinas.

Por todo o exposto, apresento o presente Projeto de Lei, ao tempo em que solicito o apoio dos nobres pares para sua aprovação.